

# GREVE PAVIMENTA CAMINHO PARA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA



✓ 100% na titulação

✓ Pelo menos  
3 mil nomeações  
ainda em 2025

✓ Novo concurso público

✓ Atestado de  
acompanhamento  
para CTs

**DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO-DF | GESTÃO 2022-2025**

**Administração e Patrimônio**

Cleber Soares (coordenador)  
Sandra Reis  
Vitor Húngaro

**Finanças**

Marcia Gilda (coordenadora)  
Márcia Abreu  
Ricardo Gama

**Assuntos Culturais**

Levi Porto (coordenador)  
Alberto Ribeiro  
Fatima de Almeida

**Formação Sindical**

Thaís Magalhães (coordenadora)  
Hamilton Caiana  
Vanilce Diniz

**Assuntos de Raça e Sexualidade**

João Macedo (coordenador)  
Joana Darc  
Robson Câmara

**Imprensa e Divulgação**

Leticia Montandon (coordenadora)  
Leilane Costa  
Samuel Fernandes

**Assuntos de Saúde do Trabalhador**

Elbia Pires (coordenadora)  
Esequiel Mesquita  
Rodrigo Teixeira

**Organização e Informática**

Solange Buosi (coordenadora)  
Júlio Barros  
Ritinha Olly

**Assuntos dos Aposentados**

Elineide Rodrigues (coordenadora)  
Consuelita Oliveira  
Izabela Cintra

**Política Educacional**

Ana Bonina (coordenadora)  
Carlos Maciel  
Herbert Anjos

**Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras**

Berenice Darc (coordenadora)  
Regina Célia Pinheiro  
Sílvia Fernandes

**Políticas Sociais**

Fernando Augusto (coordenador)  
Caio Romão  
Jean Carmo

**Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Socioeconômicos**

Dimas Rocha (coordenador)  
Lucia Brandão  
Mônica Schimidt

**Expediente**

**Secretaria de Imprensa e Divulgação**

Leticia Montandon (coordenadora),  
Leilane Costa e Samuel Fernandes

**Edição**

Alessandra Terribili e Vanessa Galassi

**Jornalistas**

Alessandra Terribili, Carla Lisboa, Leandro Gomes,  
Leticia Sallorenzo e Luis Ricardo Machado

**Projeto gráfico, diagramação e capa**

Eduardo G. Antero, Danielle Freire e Gabriel Suaid

**Fotos**

Deva Garcia, Joelma Bomfim e Luzo Comunicação

**Colaboradores**

Luiz Cláudio Tavares

**Tiragem**

50.000 exemplares

- 3** Editorial – Em defesa da escola pública, da valorização da carreira e do direito de greve
- 4** Encerramento das negociações e falta de propostas: categoria deflagra greve
- 6** Ninguém cala a educação: da repressão à resistência
- 8** Avanços da greve
- 12** Categoria barra contingenciamento, mas atenção à LDO é essencial
- 14** Greve inicia reestruturação e pavimenta caminho para mais conquistas

**EDITORIAL**

# Em defesa da escola pública, da valorização da carreira e do direito de greve

**A**o longo da história do Sinpro, foram muitas as mobilizações. O sindicato já nasceu realizando uma greve histórica em seu ano de fundação, 1979. Sobreviveu à intervenção federal naquele momento de ditadura militar e seguiu dando vida aos sonhos coletivos de tantos professores, professoras, orientadores e orientadoras educacionais.

Agora, 46 anos depois, os desafios são outros. De lá pra cá, avançamos na consolidação da carreira, e hoje precisamos modernizar essa estrutura – inclusive para obter a valorização condizente com a importância da educação pública na vida das pessoas, do DF e do país. Diferente de 1979, hoje não há mais intervenção federal no sindicato, nem porções do Dops ou do DOI-Codi, mas há diversas formas autoritárias de controlar e de reprimir movimentos sociais e sindicais.

Em 2025, esses mecanismos foram acionados pelo governador Ibaneis Rocha, que foi à Justiça para declarar a greve do magistério ilegal antes mesmo de ela começar. Ibaneis impôs ao sindicato a multa abusiva de R\$ 1 milhão/dia – cancelada, depois, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em resposta à ação do Sinpro. Houve repressão violenta a manifestações pacíficas e promessa de corte de ponto, ocasião em que o governador proferiu a infeliz frase: “vamos ver quantos dias eles vão aguentar”.

A Câmara Legislativa envolveu-se no processo e contribuiu para que a negociação fosse aberta. O

Tribunal de Justiça (TJDFT), de forma inédita, somou-se a esses esforços, mediu o estabelecimento da mesa negociadora e homologou o acordo de fim de greve, fazendo com que ele tenha força de lei. Essas características fizeram desta uma greve diferente das demais nesses 46 anos de história.

Vivemos tempos nebulosos de ataques a direitos e tentativas recorrentes de retrocessos no DF, e isso deve ser levado em consideração quando analisamos os resultados da greve de 2025. Assim, não podemos deixar de saudar a determinação, a unidade e a disposição de luta desta categoria, que, entre outras coisas, conseguiu reafirmar o direito de greve, que vem sendo atacado Brasil afora.

A mobilização foi capaz de garantir nomeações, a prorrogação de validade do último concurso e, ainda, apontar um novo certame para 2026. Especialmente, foi capaz de iniciar um novo processo de reestruturação da carreira, que começa com um projeto de lei que será enviado em novembro à Câmara Legislativa dobrando os percentuais de titulação – o que alcançará cerca de 86% da categoria – e a retomada da mesa permanente de negociação.

Se ainda não concluimos a busca pelas vitórias que perseguimos, mostramos que sabemos abrir caminhos e avançar. Não há interdição de debate ou corte de ponto que nos segure: seguimos firmes rumo às próximas etapas da reestruturação da carreira e à defesa intransigente da escola pública.

# Encerramento das negociações e falta de propostas: categoria deflagra greve

A decisão que levou professoras, professores, orientadoras e orientadores educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal a deflagrarem uma greve não foi tomada de forma precipitada. Esse foi o último recurso diante da intransigência do governo Ibaneis/Celina na recusa em ouvir a categoria.

A comissão de negociação do Sinpro vinha dialogando com o governo Ibaneis Rocha desde início do ano. A pauta de reivindicações, debatida e aprovada pela categoria, foi levada à mesa de negociação, e o GDF chegou a realizar estudos para iniciar a reestruturação da carreira, um dos pontos centrais da Campanha Salarial do Magistério Público. Entretanto, na reunião de negociação de 21 de maio, o governo Ibaneis informou ao sindicato que “não teria condições orçamentárias” para atender às pautas apresentadas.

Tal descaso com uma categoria que enfrenta reconhecida sobrecarga de trabalho e desvalorização profissional levou os educadores à greve. “Na última reunião que antecedeu a assembleia que deflagrou a greve, a Secretaria de Educação afirmou que não havia nenhuma proposta a ser apresentada e que não seria possível avançar em mais nada. Ao fazer isso,

a SEE-DF encerrou a mesa de negociação, não nos restando opção a não ser deflagrar o movimento grevista”, afirma o diretor do Sinpro Cleber Soares. “Nosso objetivo era reabrir as negociações para chegarmos aos resultados que a categoria exigia”, completa.

A paralisação não se deu exclusivamente por melhores salários, mas também por condições dignas para ensinar e por um orçamento condizente com uma educação pública de qualidade. Enquanto o governo insistia em minimizar essas demandas, o movimento paredista expôs a crise estrutural na educação do DF. As comunidades escolares e a população em geral, parlamentares, lideranças populares e diversas entidades do movimento social e sindical por todo o país compreenderam que o magistério público tinha razão, e manifestaram seu apoio ao longo dos 24 dias de greve.

Aquelas e aqueles que estão diariamente nas escolas, dedicando-se, muitas vezes, além de sua jornada para oferecer uma educação de qualidade às crianças e aos adolescentes, sabem que os obstáculos que enfrentam cotidianamente no trabalho podem ser resolvidos se houver vontade política do governo. Foi por isso que a greve aconteceu.





## Ninguém cala a educação: da repressão à resistência

**N**as ruas e escolas, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e nos tribunais. A campanha salarial e a luta pela reestruturação da carreira tiveram de encarar um governo cuja ideologia é a criminalização de sindicatos, trabalhadores e trabalhadoras, numa afronta aberta ao direito de greve, garantido pelo artigo 9º da Constituição Federal. A categoria resistiu à força de opressão do Estado, ao assédio moral do corte de ponto e também em vias judiciais. A categoria não se calou.



Ato na SEE-DF - 03/06/25

### Sinpro recorre; STF suspende multa abusiva

No dia 6 de junho, em decisão provocada por ação do Sinpro, o ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino suspendeu a multa diária de R\$ 1 milhão por considerá-la violação de decisão do próprio STF: “Trata-se de providência que compromete a liberdade sindical e a efetividade do direito de greve, assumindo natureza punitiva”.

O coordenador da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sinpro, Dimas Rocha, explica que a vitória do Sinpro no STF representou, na prática, a manutenção do direito de greve para toda a classe trabalhadora brasileira. “Se o STF confirmasse a multa absurda e abusiva, criaria jurisprudência para cobranças de multas milionárias, o que inviabilizaria o direito de greve por meios patrimoniais”, diz.

Instado pelo STF, o Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT) revisou a multa imposta e reduziu o valor para R\$ 300 mil diários. O escritório Resende Mori Hutchison, que cuida das estratégias jurídicas do sindicato, recorreu da multa.

### Denúncia do caso INSS

O ministro Flávio Dino também se preocupou com a denúncia do Sinpro de que o GDF vem cometendo erros no repasse previdenciário de professores e professoras em regime de contratação temporária desde 2022. Com isso, mesmo tendo trabalhado e contribuído, esses profissionais perderam a qualidade de segurados do INSS e não podem ter acesso a benefícios como auxílio-doença, licença-maternidade e aposentadoria.

Centenas de professoras e professores substitutos da rede pública do Distrito Federal ingressaram com ação contra o GDF ao descobrirem que não podem usufruir dos benefícios do INSS, mesmo com o desconto feito no contracheque.

### CLDF obstrui votações em solidariedade à categoria

No dia 10 de junho, a oposição na Câmara Legislativa, formada pelos deputados Chico Vigilante (PT), Gabriel Magno (PT), Ricardo Vale (PT), Fábio Félix (PSOL), Max Maciel (PSOL) e Dayse Amarílio (PSB), passou a trancar a pauta da Casa, ou seja, obstruir deliberadamente sessões do Poder Executivo como pressão política. Não houve quórum na sessão do dia seguinte: apenas 7 dos 13 deputados necessários estiveram presentes. Com isso, qualquer votação do Poder Executivo ficou impedida.

O motivo central da oposição era pressionar o governador Ibaneis Rocha a reabrir o diálogo oficialmente: as lideranças pediram que ele recebesse uma comissão dos professores e interrompesse medidas como o corte de pontos.

### Mais mobilização e mais resistência

O governo Ibaneis/Celina usou da truculência para tentar reprimir a luta legítima do magistério público por valorização e por melhorias na educação. Em duas ocasiões, a categoria, em manifestação pacífica em frente à Secretaria de Educação, comandada por Hέλvia Paranaguá, foi recebida com spray de pimenta e violência.

Para cumprir o corte de ponto prometido, houve pressão e intimidação de gestores para o envio da lista de grevistas em processo SEI sigiloso.

Não adiantou. A resposta aos ataques foi mais mobilização e mais resistência. Resultado: o GDF recuou e a categoria avançou.

# Avanços da greve da educação

Com a greve de 2025, foi dado o primeiro passo para a reestruturação da carreira. Em novembro, será enviado à Câmara Legislativa (CLDF) o projeto de lei que dobra os percentuais de titulação. Com isso, haverá professores, professoras, orientadores e orientadoras educacionais, da ativa ou aposentados, cujos ganhos poderão chegar a mais de R\$ 1.900.

Os percentuais de titulação, que eram de 5% para especialistas, 10% para mestres e 15% para doutores, passam a ser, respectivamente, de 10%, 20% e 30%. Receberão esse acréscimo as tabelas PQ, PV, OQ e OV 4, 5 e 6, gerando impacto positivo no vencimento básico da ampla maioria da categoria – mais de 86% dos profissionais da ativa no magistério público do DF têm especialização, mestrado ou doutorado.

Essa vitória confere ainda mais importância à formação acadêmica no trabalho de professores e orientadores educacionais, e, portanto, na qualidade do ensino nas escolas públicas. É uma bandeira histórica do Sinpro, e a greve fez com que houvesse avanço nessa direção.

## ESPECIALIZAÇÃO

**Maria é professora especialista no padrão I2.**



Salário atual (jul/2025):  
**R\$ 9.410,06**

Salário com a conquista da greve (jan/2026):  
**R\$ 9.923,45**

Professora Maria terá  
**R\$ 513,39**  
a mais no fim do mês

## MESTRADO

**Ana é professora mestra no padrão I2.**



Salário atual (jul/2025):  
**R\$ 9.841,36**

Salário com a conquista da greve (jan/2026):  
**R\$ 10.825,58**

Professora Ana terá  
**R\$ 984,22**  
a mais no fim do mês

## DOCTORADO

**Joana é orientadora educacional doutora no padrão I2.**



Salário atual (jul/2025):  
**R\$ 10.272,66**

Salário com a conquista da greve (jan/2026):  
**R\$ 11.727,71**

Joana terá  
**R\$ 1.455,05**  
a mais no fim do mês

Outros valores como gratificações, anuênio, I3º, futuros reajustes incidem sobre o vencimento básico. Então, o impacto é ainda maior.

## TABELA SALARIAL JULHO DE 2025

Padrão	PQ4	PQ5	PQ6
25	13.063,21	13.666,60	14.269,98
24	12.741,93	13.330,15	13.918,37
23	12.427,88	13.001,32	13.574,73
22	12.120,95	12.679,91	13.238,85
21	11.820,97	12.365,78	12.910,60
20	11.527,79	12.058,78	12.589,78
19	11.241,26	11.758,75	12.276,24
18	10.961,25	11.465,54	11.969,85
17	10.687,58	11.179,00	11.670,42
16	10.420,15	10.898,99	11.377,81
15	10.158,81	10.625,34	11.091,87
14	9.903,44	10.357,96	10.812,46
13	9.653,90	10.096,67	10.539,44
12	9.410,06	9.841,36	10.272,66
11	9.171,80	9.591,90	10.012,00
10	8.939,00	9.348,15	9.757,32
9	8.711,53	9.110,01	9.508,48
8	8.489,30	8.877,35	9.265,37
7	8.272,18	8.650,01	9.027,86
6	8.060,04	8.427,93	8.795,82
5	7.852,79	8.210,96	8.569,13
4	7.650,33	7.999,01	8.347,67
3	7.452,55	7.791,95	8.131,34
2	7.259,35	7.589,67	7.920,02
1	7.070,60	7.392,10	7.713,59

## NOVA TABELA SALARIAL JANEIRO DE 2026

Padrão	PQ4	PQ5	PQ6
25	13.833,30	15.090,88	16.348,45
24	13.489,17	14.715,46	15.941,74
23	13.152,86	14.348,58	15.544,29
22	12.824,20	13.990,04	15.155,87
21	12.503,03	13.639,66	14.776,30
20	12.189,16	13.297,26	14.405,37
19	11.882,46	12.962,68	14.042,90
18	11.582,77	12.635,75	13.688,73
17	11.289,93	12.316,29	13.342,64
16	11.003,80	12.004,15	13.004,49
15	10.724,24	11.699,17	12.674,10
14	10.451,08	11.401,18	12.351,28
13	10.184,20	11.110,03	12.035,87
12	9.923,45	10.825,58	11.727,71
11	9.668,71	10.547,69	11.426,66
10	9.419,85	10.276,20	11.132,55
9	9.176,74	10.010,99	10.845,23
8	8.939,23	9.751,88	10.564,54
7	8.707,23	9.498,79	10.290,36
6	8.480,59	9.251,56	10.022,52
5	8.259,23	9.010,07	9.760,91
4	8.043,00	8.774,18	9.505,36
3	7.831,78	8.543,76	9.255,74
2	7.625,50	8.318,73	9.011,95
1	7.424,01	8.098,92	8.773,83

Tabela com os valores da Remuneração (VB + Anuênio) dobrados: 10% Especialista, 20% Mestre e 30% Doutor. O índice do anuênio aplicado poderá não coincidir com os valores da tabela em razão da Lei Complementar nº 173/2020. Incidem sobre os valores a última parcela da GAPED e os 6% de reajuste.



Assembleia - 05/06/25

### Reestruturar carreira é também nomear

O governo havia afirmado que não faria nomeações neste ano, mas a greve conseguiu reverter essa decisão. Foram garantidas 3 mil nomeações de professores ainda em 2025, bem como a prorrogação da validade do concurso de 2022 até 27 de julho de 2027, além da convocação de um novo concurso público em 2026.

Muitos dos profissionais que estão em sala de aula como substitutos estão aprovados no concurso de 2022 e apenas aguardam nomeação para se tornarem efetivos. Esse é um salto de qualidade pela ampliação e garantia plena de direitos e, também, pela qualidade do ensino, que é afetada quando há descontinuidade no desenvolvimento do trabalho.

Hoje, com mais de 60% de profissionais em regime de contratação temporária (CT) em regência na rede pública, o movimento tem enfatizado a importância de recompor o quadro de profissionais efetivos com mais nomeações.

A conquista da categoria garante a convocação de quase todos os professores de área específica, principalmente dos componentes do fundamental II e ensino médio; e abre-se caminho para a nomeação de todo o banco de concursados de Atividades a partir de 2026.

### Mesa Permanente de Negociação

O governo havia interrompido o diálogo com a categoria acerca da reestruturação, afirmando que nenhuma modificação seria feita em 2025. Mas a força da greve fez com que ele recuasse dessa posição.

Além de confirmar o aumento nos percentuais de titulação, a retomada da mesa de negociação é parte do acordo de greve, garantindo um espaço contínuo de diálogo e de construção de avanços.

Sendo publicado no Diário Oficial do DF, o estabelecimento da mesa implica o desenvolvimento das negociações no que se refere à reestruturação da carreira e outras pautas reivindicadas.



Reunião com a Casa Civil

Foto: Matheus Maranhão

### Atestado de acompanhamento para professores em CT

Outro avanço importante do movimento grevista foi a garantia do atestado de acompanhamento de cônjuge ou dependente em consultas e exames de saúde para professores e professoras em regime de contrato temporário (CT). A medida vale a partir do próximo edital de processo seletivo simplificado, previsto para meados de setembro.

Até então, o direito era restrito a profissionais efetivos. Agora, com a luta da categoria organizada pelo Sinpro, o benefício será ampliado a todos os educadores e educadoras da rede pública de ensino, configurando-se como um passo importante no reconhecimento da dignidade como parte dos direitos de quem educa — independentemente do tipo de vínculo.

O avanço se torna ainda mais significativo quando considerada a composição do magistério público no DF: cerca de 80% dos profissionais do magistério na rede pública são mulheres – um grupo historicamente sobrecarregado com as responsabilidades do cuidado familiar. “Quem educa também cuida, também tem família, também precisa de suporte. Essa vitória é fruto da nossa luta coletiva, da força da greve e da resistência de cada educador e educadora que não abriu mão da dignidade”, ressalta a diretora do Sinpro Ana Bonina. “Esse direito, que parecia pequeno para alguns, representa muito para quem vive a realidade das escolas todos os dias”, completa.

### Luta do Sinpro

A luta do Sinpro pelo direito ao atestado de acompanhamento para professores e professoras em regime de contrato temporário é antiga. Por anos, o sindicato tem denunciado a precarização desses profissionais e lutado para corrigir as distorções.

A pauta constava, inclusive, no acordo de greve de 2023, mas foi descumprida pelo GDF, assim como outros pontos. Agora, com muita mobilização, a categoria avançou na luta por igualdade de direitos.

“É preciso que sigamos em unidade e luta para garantir a efetivação desse direito e assegurar que não haja retrocessos ou negligência em seu cumprimento. Além disso, seguiremos mobilizados para que todos os itens do acordo de greve de 2023 sejam alcançados”, pontua a diretora do Sinpro Ana Bonina.

O Sinpro está atuante na mesa de negociação permanente para, também, continuar a luta pelos professores e professoras em CT.



Assembleia Geral - 27/05/25



Assembleia Geral transforma-se em ato, categoria caminha até a SEE-DF - 16/06/25

## Categoria barra contingenciamento, mas atenção à LDO é essencial

O acordo firmado no fim da greve de 2025 foi decisivo para blindar as 3 mil nomeações previstas, bem como o início da reestruturação da carreira, do contingenciamento de R\$ 1 bilhão anunciado pelo governador Ibaneis Rocha. O Decreto nº 47.386, de 25/06/25, que oficializou o contingenciamento, foi publicado no Diário Oficial do DF (DODF) no mesmo dia do encerramento da greve do magistério público, e afeta diversas áreas, incluindo nomeações de pessoas aprovadas em concurso público.

O magistério não sofreu os efeitos desse decreto por causa da homologação do acordo de fim de greve no Tribunal de Justiça

do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A ata do acordo que formalizou a proposta arrancada do GDF durante a greve foi reconhecida como título judicial e tem força de lei.



Entretanto, a diretora do Sinpro Berenice Darc afirma que “é fundamental que professoras, professores, orientadoras e orientadores educacionais estejam atentos à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 enviada pelo Executivo, bem como às vinculações de receita e previsão de nomeações para 2026 a 2028 — que contemplam mais de 7.500 professores da Educação Básica e 50 orientadores educacionais com jornada de 40 horas semanais”.

Segundo ela, “a vigilância, a unidade da categoria e a mobilização continuam sendo instrumentos fundamentais para assegurar que os compromissos assumidos no acordo de greve saiam do papel e resultem em melhorias reais na remuneração, no reconhecimento profissional e, conseqüentemente, na qualidade da educação pública”.

### Reajustes e progressões

O Sinpro tem acompanhado de perto a tramitação da LDO também para assegurar que haja destinação orçamentária que possibilite reajustes e progressões. É preciso proteger os recursos da educação contra possíveis cortes ou contingenciamentos futuros.

Os mecanismos permanentes de valorização da carreira, como o Plano Distrital de Educação (PDE), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), também merecem atenção da categoria, para que estejam contemplados na lei.

Entre os mecanismos permanentes de valorização da carreira, estão os instrumentos de gestão democrática, que permitem a participação ativa da categoria e da comunidade escolar na construção das políticas escolares e no desenho de toda a estruturação da relação entre governo, profissionais da educação, estudantes, mães, pais e responsáveis.



### É PRECISO MANTER A MOBILIZAÇÃO

- A LDO 2026 já foi aprovada e a previsão orçamentária para a reestruturação da carreira precisa de PL específico, que deve ser enviado pelo GDF à CLDF ainda este ano.
- O PL que inicia a reestruturação com novos percentuais de titulação, dobrando os valores atuais, será enviado à CLDF em novembro.
- A LOA 2026 - Lei Orçamentária Anual - será enviada à CLDF em setembro. É essencial a categoria pressionar para que recursos destinados a reajustes, nomeações e reestruturação estejam previstos desde o início.
- Vigiar os riscos de manobras contábeis com recursos da educação: o GDF costuma incluir despesas não finalísticas no mínimo constitucional de 25% para educação, o que desvirtua a aplicação correta dos recursos.
- Observar se há perigo de cortes via decretos de contingenciamento. Mesmo após aprovada a LOA, o GDF pode reduzir a aplicação de recursos por decretos. A categoria deve estar alerta para evitar prejuízos.
- Atenção às ameaças que podem vir do Congresso Nacional, como PECs e projetos de reforma administrativa que flexibilizam regras de financiamento da educação e afetam o Fundeb. Participe das mobilizações do Sinpro!
- Acompanhar a revisão do PDE para que sejam mantidas as metas de valorização do magistério, como a equiparação salarial e o aumento de investimentos, diante da queda nos aportes em educação identificada pelo TCDF.
- Acompanhar a mesa de negociação permanente, porque é nela que as próximas etapas da reestruturação e as condições de trabalho da categoria serão discutidas.

# Greve inicia reestruturação e pavimenta caminho para mais conquistas

**A**pós 24 dias de greve, o movimento paredista pavimentou as próximas etapas da reestruturação da carreira. Agora, o foco da luta é a consolidação dos acordos de fim de greve, como, por exemplo, a implementação dos novos percentuais de titulação, dobrando os valores atuais, com efeitos salariais a partir de janeiro de 2026.

“A mobilização unificada mostrou a capacidade de enfrentamento da categoria e recolocou no centro da agenda a necessidade urgente de reestruturar o Plano de Carreira do Magistério Público. De agora em diante, precisamos atuar para garantir ainda mais avanços”, afirma a diretora do Sinpro Márcia Gilda.

A luta prossegue para as próximas etapas da reestruturação da carreira, com os seguintes itens:

- Redução de padrões de 25 para 15;
- Antecipação de padrões a cada 3 anos;
- Garantia de que a gratificação para coordenador ou coordenadora pedagógica (GACOP) conste no plano de carreira nos mesmos moldes das demais gratificações de exercício;
- Extensão do pagamento da Gratificação de Atividade de Alfabetização (GAA) para quem atua nos anos iniciais, ensino fundamental e primeiro segmento da EJA;
- Gratificação de Atividade de Ensino Especial (GAEE) para professores e orientadores educacionais de escolas regulares que atendem estudantes com transtorno ou deficiência.

A diretora do Sinpro lembra que as reivindicações têm o objetivo de promover justiça e equidade na carreira, garantindo melhores condições de vida e trabalho para professoras, professores, orientadoras e orientadores educacionais. “Cada conquista representa mais um passo para a nossa valorização e a qualidade da educação pública no DF”, reforça.

Integrante da comissão de negociação, Márcia Gilda informa que, na primeira reunião da mesa de negociação permanente, foram apresentados outros pontos centrais para a reestruturação, como melhorias nas condições de trabalho e no Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Distrito Federal (Inas).

“Reforçamos a necessidade de mobilização permanente da categoria para enfrentar as próximas etapas no debate sobre a reestruturação”, finaliza a diretora.



# PLEBISCITO POPULAR POR UM BRASIL MAIS JUSTO

VOTAÇÃO ATÉ 7 DE SETEMBRO

## O SINPRO É PONTO DE VOTAÇÃO



Você é a favor de que quem ganhe mais de R\$ 50 mil por mês pague mais Imposto de Renda para que quem recebe até R\$ 5 mil por mês não pague?



Você é a favor da redução da jornada de trabalho sem redução salarial e do fim da escala 6\*1?

**SE VOCÊ CONCORDA,  
ACESSE O QR CODE E VOTE SIM!**

Você também pode votar presencialmente na sede ou subsedes do Sinpro

